



## INDICE

<b>COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS.....</b>	<b>3</b>
<b>1. RELATÓRIO DA DIRETORIA .....</b>	<b>4</b>
1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA .....	5
1.2. CONJUNTURA ECONÔMICA .....	5
1.3. DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL.....	6
1.3.1. <i>Produção e Comercialização</i> .....	6
1.3.2. <i>Produtividade</i> .....	7
1.4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	8
1.5. INVESTIMENTOS.....	9
1.6. EMPREENDIMENTOS EM DESENVOLVIMENTO .....	9
1.6.1. <i>Mina de Candiota</i> .....	10
1.6.2. <i>Mina do Leão II</i> .....	10
1.6.3. <i>Mina do Iruí</i> .....	10
1.7. NOVOS EMPREENDIMENTOS .....	11
1.8. GESTÃO ADMINISTRATIVA .....	11
1.9. MEIO AMBIENTE.....	12
1.10. PERSPECTIVAS .....	14
<b>2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 .....</b>	<b>16</b>
2.1. BALANÇO PATRIMONIAL .....	17
2.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	19
2.3. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO .....	20
2.3.1. <i>Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa</i> .....	21
2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2013 .....	22
2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013. ....	22
2.5.1. <i>Contexto Operacional</i> .....	22
2.5.2. <i>Principais Contas e Práticas Contábeis</i> .....	23
2.5.2.1. <i>Apuração do Resultado</i> .....	23
2.5.2.2. <i>Demais Contas a Receber: R\$ 36.082 mil (R\$ 33.295 mil em 2012), compondo-se de:</i> .....	23
2.5.3. <i>Estoques</i> .....	24
2.5.4. <i>Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.158 mil (R\$ 1.412 mil em 2012), tendo como valores mais relevantes:</i> .....	25
2.5.5. <i>Investimentos</i> .....	25
2.5.6. <i>Imobilizado e Intangível</i> .....	25
2.5.7. <i>Demais Contas a Pagar: R\$ 32.534 mil (R\$32.483 mil em 2012), compondo-se basicamente de:</i> .....	28
2.5.8. <i>Empréstimos e Financiamentos</i> .....	28
2.5.9. <i>Provisão para Contingências</i> .....	29
2.5.10. <i>Tributos Federais a Recolher: R\$ 14.251 mil (R\$ 13.933 mil em 2012)</i> .....	30
2.5.11. <i>Patrimônio Líquido</i> .....	31
2.5.11.1. <i>Capital Social</i> .....	31
2.5.11.2. <i>Remuneração do Capital Próprio</i> .....	31
2.5.11.3. <i>Reserva de Reavaliação</i> .....	31
2.5.12. <i>Demonstração do Resultado</i> .....	32
2.5.13. <i>Contribuição Social e o Imposto de Renda</i> .....	33



---

2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos .....	33
2.5.15. Cobertura de Seguros .....	34
2.5.16. Plano de Previdência - Contribuição Definida.....	34
2.5.17. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	34
2.5.18. Estrutura da Demonstração do Resultado .....	35
2.5.19. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) .....	35
2.5.20. Destinação do Lucro do Exercício .....	35
<b>3. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>	<b>37</b>
<b>4. PARECER DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>41</b>
<b>5. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>43</b>



## COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

### Diretoria (1)

Elifas Marion Kerller Simas  
Márcio Lopes Cairuga  
Eduardo Martins Medeiros

Diretor Presidente  
Diretor Administrativo  
Diretor Técnico

### Conselho de Administração

#### • Membros Titulares

João Victor de Oliveira Domingues (4)  
Elifas Mariom Kerller Simas (2)  
Flavio Koutzii (2)  
Alessandro Pires Barcellos (8)  
Carlos Eduardo Grisolia da Rosa (3)  
Alexandre Vilmar Jacoby Stolte (4)

Presidente

#### • Membros Suplentes

João Luis de Matos (4)

### Conselho Fiscal

#### • Membros Titulares

Andrew Carvalho Pinto (5)  
Felipe Rispoli Leal (6)  
Helen Martins Cabral (7)  
Giordano Borba de Freitas (7)

Presidente

#### • Membros Suplentes

Márcio Rogério Pilger (7)  
Everton de Souza (7)

- (1) Eleição e posse em 18.01.2011, reeleição em 30.01.2013  
 (2) Eleição e posse em 18.01.2011, reeleição em 30.01.2013  
 (3) Eleição e posse em 27.04.2011, reeleição em 30.01.2013  
 (4) Eleição e posse em 22.01.2014  
 (5) Eleição e posse em 06.04.2011, reeleição em 24.04.2013  
 (6) Eleição em 30.10.2013, posse em 31.10.2013  
 (7) Eleição e posse em 22.01.14.  
 (8) Eleição e posse em 08.08.2012, reeleição em 30.01.2013



## 1. RELATÓRIO DA DIRETORIA



---

## **1. Relatório da Diretoria**

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

### **1.1. Apresentação da Empresa**

A Companhia Riograndense de Mineração - CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

### **1.2. Conjuntura Econômica**

O ano de 2013 foi marcado pela lenta recuperação do quadro econômico dos Estados Unidos e países europeus após a última crise, e pela expansão superior a 7,5% a.a. na China. No Brasil, foi registrado um baixo crescimento em 2013, ficando a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto em torno de apenas 2,3% a.a., conforme último Relatório de Inflação publicado pelo Banco Central do Brasil, e abaixo da estimativa anual inicial que era 3,1% a.a. A projeção de crescimento do PIB apresentada pelo BCB para os próximos quatro trimestres é de 2,3% a.a. também. Além disso, ao longo de 2013 o Brasil



apresentou reduzidos investimentos e inflação pressionada, bastante próxima à meta máxima. Por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro apresentou níveis de desemprego historicamente baixos e rendimentos elevados, aumentando consideravelmente o consumo. Quanto ao carvão mineral, não se confirmaram as expectativas do setor. Apesar da intensa geração térmica ao longo do ano em razão dos baixos níveis nos reservatórios brasileiros, os mais baixos em uma década, houve a frustração dos resultados dos leilões A-5. Nos dois certames ocorridos em agosto e dezembro de 2013, nenhum projeto envolvendo carvão mineral obteve sucesso em razão do preço-teto pouco atrativo.

### **1.3. Desenvolvimento Operacional**

#### **1.3.1. Produção e Comercialização**

Durante 2013 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o mínimo contratual de 275.000 t/mês ou 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termoelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE. No entanto, problemas operacionais nas Fases A + B e de ajustes na Fase C, incluindo uma parada de 20 dias para manutenção no mês de dezembro, limitaram sua geração durante o exercício, o que sem dúvida prejudicou o desempenho operacional que seria possível ser atingido pela CRM, face aos baixos índices pluviométricos e de acumulação de água nos reservatórios do Sistema Interligado. A Mina de Candiota encerrou o ano com um fornecimento à UPME/CGTEE de 3.244.953 t, ou seja, aproximadamente 98,3% do mínimo contratual, mas bem abaixo da produção que poderia ser obtida, considerando a capacidade instalada da mina (5.000.000 t/ano) e a demanda por geração térmica do período.



Na Mina do Leão, o fornecimento à Usina de São Jerônimo se manteve no mínimo contratual de 6.500 t/mês de carvão CE 4.200 até agosto de 2013, quando o fornecimento foi reduzido para 2.000 t/mês até o término do contrato em dezembro deste ano.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

### CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2009	2010	2011	2012	2013	VARIAÇÃO % 2013/2012
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00
CE 5200	50.053	53.277	12.195	3.751	27.055	621,27
CE 4700	13.155	0	0	4.885	19.567	300,55
CE 4500	15.433	8.002	942	0	301	-
CE 4200	53.136	39.092	46.923	42.494	33.349	-21,52
CE 3300	1.661.920	1.699.102	2.000.466	2.776.961	3.264.605	17,56
CE 5200*	19.179	15.831	0	0	0	0,00
CE 4200*	1.615	643	2.301	4.513	3.469	-23,13
CE 5500*	0	1.583	4.797	2.945	6.000	103,74
ROM	0	0	0	0	2.969	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.814.491</b>	<b>1.817.530</b>	<b>2.067.624</b>	<b>2.835.549</b>	<b>3.357.316</b>	<b>18,40</b>

\* Carvões Finos

### 1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2013 continuou sendo determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica- CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici –



UPME no período, e em função das limitações contratuais da Usina de São Jerônimo - UTSJ. O cálculo mantém os mesmos critérios adotados anteriormente, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Carvão Vendável (t/ano)	1.814.491	1.817.530	2.067.624	2.835.549	3.357.316
Total Homem/dia	83.504	83.483	109.702	115.049	108.813
PCV* (t/H/d)	21,73	21,77	18,85	24,65	30,85

\* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV

#### 1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

#### DADOS COMPARATIVOS DA CRM

Valores históricos em reais

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Bruta Anual	97.557.110	105.861.897	149.481.715	158.665.290	171.671.942
Receita Líquida Anual	91.382.960	99.741.480	142.682.298	151.508.331	162.404.735
Custos dos Prod. Vendidos	61.954.381	67.641.658	78.520.447	104.135.365	111.338.705
Resultado Bruto	29.428.579	32.099.822	64.161.851	47.372.966	51.066.031
Despesas Operacionais	12.553.010	17.218.415	35.913.413	15.432.192	49.278.782
Res. Oper. antes Res. Financ.	16.875.569	14.881.407	28.248.438	31.940.774	1.787.249
Resultado Financeiro	-12.608.717	-13.168.955	-43.031.041	-16.204.780	-7.636.708
Resultado Operacional	4.266.852	1.712.452	-14.782.603	15.735.994	1.787.249
Investimentos	13.412.074	23.969.737	23.049.975	16.279.155	15.747.558



Valores em reais de 31/12/2013, com base na variação do IGP-DI/FGV.

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Bruta Anual	130.038.600	126.782.076	170.501.608	167.421.022	171.671.942
Receita Líquida Anual	121.808.776	119.452.157	162.746.067	159.869.116	162.404.735
Custos dos Prod. Vendidos	82.581.997	81.008.843	89.561.874	109.881.936	111.338.705
Resultado Bruto	39.226.779	38.443.313	73.184.194	49.987.180	51.066.031
Despesas Operacionais	16.732.515	20.621.078	40.963.503	16.283.797	49.278.782
Res. Oper. antes Res. Financ.	22.494.264	17.822.236	32.220.691	33.703.383	1.787.249
Resultado Financeiro	-16.806.770	-15.771.373	-49.082.001	-17.099.019	-7.636.708
Resultado Operacional	5.687.494	2.050.863	-16.861.310	16.604.364	1.787.249
Investimentos	17.877.603	28.706.580	26.291.228	17.177.498	15.747.558
Produção carvão ROM (t)	2.013.187	2.015.205	2.207.739	2.914.363	3.366.843
Pessoal Próprio	344	401	402	429	393

## 1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2013 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R\$ 15,75 milhões. Estes recursos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM.

As novas aquisições fazem parte de um projeto de expansão da Companhia, que visa a redução de contratação de serviços terceirizados nos processos operacionais das minas.

## 1.6. Empreendimentos em desenvolvimento

É a seguinte a situação dos principais empreendimentos que a CRM participa:



---

### 1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota é vinculada ao abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, com capacidade instalada de 796 MW e localizada no município de Candiota (RS). Durante 2013 a CRM, naquela Unidade, deu continuidade à implantação do seu plano de expansão através de investimentos realizados exclusivamente com recursos próprios. Este projeto visa à manutenção de uma capacidade instalada de 5.000.000 t/ano de carvão CE 3.300.

### 1.6.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de “royalties” mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de “royalties” quando da venda do carvão produzido, bem como permitir a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM buscou uma solução racional para o aproveitamento dos recursos investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.

### 1.6.3. Mina do Iruí

A CRM, durante 2013, continuou efetuando estudos geológicos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termoelétrica na região do Município de Cachoeira do Sul.



---

## 1.7. Novos Empreendimentos

Embora prejudicadas pela não participação do carvão mineral nos Leilões A – 5 realizados em 2013 foram mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas deverão ter seguimento em 2014 visando aumentar a participação do carvão mineral na matriz de geração de energia elétrica nacional.

## 1.8. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2013 a CRM, procurando atender através das ações de suas Superintendências e das diversas Gerências, desenvolveu políticas visando atender às diretrizes propostas pelo Governo do Estado, com o objetivo de atingir as metas de produção de carvão para a produção de energia com responsabilidade social e sustentabilidade e, desta forma, preservando o meio ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado, sempre visando o fortalecimento da CRM como empresa pública. Neste período buscou-se de forma intensa oferecer aos colaboradores da empresa melhores condições de trabalho com a melhoria dos equipamentos, a continuidade do Programa de Treinamento e Desenvolvimento, melhorias nos locais de trabalho, construção de uma nova oficina mecânica e de um novo refeitório e vestiário, além do aperfeiçoamento das atividades de ginástica laboral. Foi assinado novo acordo coletivo com os sindicatos dos trabalhadores com readequações da política salarial da empresa com vigência de dois anos, com a manutenção de todas as cláusulas sociais dos dissídios anteriores e ganho real para os salários. Foi realizado, em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH, concurso público para o preenchimento de 85 (oitenta e cinco) vagas para as áreas operacional e administrativa, o que oportunizará uma melhor utilização dos novos equipamentos recém-adquiridos e uma renovação da nossa força de trabalho. Da mesma forma, também com o fito de renovar a força de trabalho, sempre em benefício da



Companhia e, por evidente, de seus colaboradores, houve a inserção de regramento no acordo coletivo de trabalho incentivando o afastamento do quadro funcional dos empregados com mais de 20 anos de atividade laboral, bem como daqueles já aposentados por idade, e que manifestassem interesse para tanto, com uma contraprestação pecuniária adequada, além da manutenção temporária dos planos de saúde e contribuição patronal destinadas ao plano de complementação da aposentadoria instituído pela CRM junto a Fundação CEEE, o CRMPrev.

### **1.9. Meio Ambiente**

Na Mina do Leão, a CRM permanece expandindo as cortinas verdes no entorno da área industrial (beneficiamento e pátios de estocagem) e recuperando as antigas bacias de decantação. Na área Boa Vista foi implantado um mato de acácias, em áreas recuperadas, com vistas à exploração comercial de madeira. A atual área em mineração (Mina São Vicente Norte) manteve o sistema de tratamento de águas em operação e a recuperação de áreas mineradas.

Na Mina de Candiota, foi mantido o plantio de arbóreas nativas, expandida a recuperação de áreas mineradas e implantadas diversas barragens de decantação de águas provenientes das cavas de mineração.

Novos piezômetros foram instalados no entorno das áreas mineradas, tanto em Candiota como no Leão, visando o controle da qualidade das águas subterrâneas.

Foi contratada uma empresa e está em andamento a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para as áreas da Jazida de Candiota na qual a CRM possui concessões de pesquisa e lavra; prevemos para o segundo semestre de 2014, a conclusão e entrega na Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM destes estudos.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos cinco anos, nas unidades mineiras da CRM (em hectares):



		2009	2010	2011	2012	2013	
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	461	477	507	553	595	
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	413	420	456	471	493	
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	398	410	454	476	500	
MALHA II (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	356	356	356	356	356	
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	356	356	356	356	356	
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	356	356	356	356	356	
MALHA I (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	65	65	65	65	65	
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	54	54	59	59	59	
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	41	47	58	58	58	
BOA VISTA (Leão)	ÁREA IMPACTADA	41	41	41	41	41	
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	26	26	26	35	35	
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	21	21	21	24	24	
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	13	27	39	41	42	
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	3	5	11	16	16	
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	1	3	9	13	13	
TOTAIS CRM	ÁREA IMPACTADA	<b>Total</b>	<b>936</b>	<b>966</b>	<b>1.008</b>	<b>1.056</b>	<b>1.099</b>
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	<b>Total</b>	<b>852</b>	<b>861</b>	<b>908</b>	<b>937</b>	<b>959</b>
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	<b>Total</b>	<b>817</b>	<b>837</b>	<b>898</b>	<b>927</b>	<b>951</b>



---

## 1.10. Perspectivas

Está sendo esperada a realização de novos leilões de energia nova A-5 ainda no primeiro semestre de 2014, com a participação de usinas de carvão. Apesar de 2014 tratar-se de um ano de eleições, acredita-se que, independente dos seus resultados, será um ano de discussões e novas propostas para o setor energético, mas que o sistema continuará com sua rotina já estabelecida e com as mesmas tendências, por tratar-se de um modelo já estruturado.

Existe também a perspectiva de manutenção no despacho termelétrico em 2014 em volume elevado, a fim de reduzir os riscos de problemas de fornecimento de energia ao país, em razão do baixo armazenamento de água nos reservatórios das usinas hidroelétricas. A situação em alguns reservatórios, como os da região Nordeste, por exemplo, preocupam, pois estão em seu menor nível em mais de 90 anos. Assim, há a tendência de aumento de preços no setor, não apenas pela necessária geração térmica, mas também pelo maior custo de insumos e ajuda do Governo que, certamente, será cobrada a frente.

O ano de 2013, no setor, foi marcado pela elaboração e discussão do novo marco regulatório da mineração, ainda em trâmite e previsto para entrar em vigor em 2014. O novo regulamento prevê a elevação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM de 3% (três por cento) para 4% (quatro por cento), o que representa elevação de custos, mas que, por outro lado, aumentará a arrecadação, principalmente dos municípios onde se localizam mineradoras. Além da elaboração de mapa geológico do país e transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM em agência reguladora, um pontos bastante criticados e apontado como retrocesso em relação à regulamentação atual é a eliminação do direito de prioridade, que hoje garante a outorga do poder público a quem primeiro requerer uma área para a realização de pesquisa.



Dentre os objetivos desta Diretoria para o ano de 2014 está o início da operação da Planta Piloto de Beneficiamento a Seco na Mina de Candiota, o aumento da participação na produção com recursos (pessoal) próprios sobre a produção terceirizada, tendo em vista a nomeação dos novos concursados, e o encaminhamento de projetos na área de gaseificação.

Porto Alegre, 18 de março de 2014

Elifas Mariom Kerller Simas  
Diretor Presidente  
CPF N° 252.982.750-87

Marcio Lopes Cairuga  
Diretor Administrativo  
CPF N° 882.422.180-72



## **2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2013 e 2012**



## 2.1. Balanço Patrimonial

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Circulante</b>	<b><u>111.293</u></b>	<b><u>112.796</u></b>
Disponibilidades	18.146	23.628
Contas a receber de clientes	13.435	12.277
Demais contas a receber (nota 2.5.2.2)	36.082	33.295
Estoques (nota 2.5.3)	8.575	14.559
Despesas do exercício seguinte	35.055	29.037
<b>Não Circulante</b>	<b><u>260.354</u></b>	<b><u>257.474</u></b>
Realizável a longo prazo	<u>1.179</u>	<u>3.126</u>
Devedores por aquisição de imóveis	21	25
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.4)	1.158	1.412
Outros valores	0	1.689
Investimentos (nota 2.5.5)	<u>170.481</u>	<u>170.481</u>
Custo	174.453	174.453
(-) Provisão para perda	-3.972	-3.972
Imobilizado (nota 2.5.6)	<u>86.979</u>	<u>81.996</u>
Custo	233.456	223.572
(-) Depreciação e exaustão acumulada	-104.180	-102.700
(-) Provisão para perda	-38.876	-38.876
(-) Provisão perda por Impairment	-3.421	0
Intangível	1.715	1.871
<b>Total</b>	<b><u>371.647</u></b>	<b><u>370.270</u></b>



## Balço Patrimonial

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Circulante</b>	<b><u>69.589</u></b>	<b><u>69.582</u></b>
Fornecedores	8.287	9.568
Salários e encargos sociais	2.191	2.370
Impostos e contribuições sociais	3.275	4.473
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	2.752	2.542
Demais contas a pagar (nota 2.5.7)	32.534	32.483
Juros sobre o capital próprio	20.550	18.146
<b>Não Circulante</b>	<b><u>23.935</u></b>	<b><u>23.570</u></b>
Empréstimos e financiamentos (nota 2.5.8)	0	0
Contribuição social	0	0
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	3.604	3.561
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.14)	5.927	6.076
Tributos federais a recolher (nota 2.5.10)	14.404	13.933
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b><u>278.123</u></b>	<b><u>277.118</u></b>
Capital social (nota 2.5.11.1)	251.465	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.11.3)	11.505	11.865
Lucro/Prejuízos acumulados	15.153	13.788
<b>Total</b>	<b><u>371.647</u></b>	<b><u>370.270</u></b>



## 2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Receita bruta das vendas</b>	<b>171.672</b>	<b>158.665</b>
(-) Impostos sobre vendas	-9.267	-7.157
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>162.405</b>	<b>151.508</b>
(-) Custo dos produtos vendidos	-111.339	-104.135
<b>Lucro bruto</b>	<b>51.066</b>	<b>47.373</b>
<b>Despesas / Receitas operacionais</b>	<b>-30.751</b>	<b>-14.274</b>
Comerciais	-2.358	-1.362
Gerais e administrativas	-24.179	-24.336
Outras despesas	-1.217	-936
Despesas Indedutíveis	-5.438	-4.089
Outras receitas (nota 2.5.12 c)	2.441	16.449
<b>Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras</b>	<b>20.315</b>	<b>33.099</b>
<b>Resultado financeiro líquido (nota 2.5.12 a/b)</b>	<b>-17.665</b>	<b>-16.205</b>
<b>Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda</b>	<b>2.650</b>	<b>16.894</b>
Contribuição social (nota 2.5.13)	-262	-683
Imposto de renda (nota 2.5.13)	-669	-1.807
<b>Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<b>1.719</b>	<b>14.404</b>
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.11.2)	6.894	10.691
Participação dos empregados no resultado das operações (nota 2.5.19)	-863	-1.158
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>7.750</b>	<b>23.937</b>
<b>Lucro por lote de mil ações do capital social</b>	<b>0,63</b>	<b>2,09</b>



## 2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

### Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2013	2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro Líquido do Exercício	857	13.246
<b>justes:</b>		-
Depreciações/Exaustões/Amortizações	6872	6.707
Custo das baixas do ativo imobilizado	629	839
Juros e Variações Monetárias ativas	(663)	(719)
Juros e Variações Monetárias passivas	219	7.158
Reversão Provisão para contingencias fiscais	211	1.152
Reversão Provisão para contingencias Cíveis/trabalhistas	44	1.506
Provisão Reversões tributárias. Trabalhistas e outras	11178	(1.882)
Provisão para impostos e contribuições sociais	930	2.490
	-	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>20.277</b>	<b>30.497</b>
	-	-
<b>Variações no ativo:</b>		
Aumento contas a receber de clientes	(1.158)	(153)
Aumento estoques	5.984	(905)
Aumento/redução outras contas	(25)	(10.537)
Aumento/Redução créditos tributários	(6.170)	(8.705)
	-	-
<b>Variações no passivo:</b>		
Aumento/Redução fornecedores	(1.280)	3.311
Aumento/Redução impostos e contribuições	(2.188)	(7.491)
Provisão Redução para contingencias trab. e cíveis	-	253
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	133	(455)



Aumento outras contas a pagar	(1.114)	(33.286)
Transf. de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	(68)	4.657
Outras Adições ao exigível a longo prazo	(1)	40.771
		-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b><u>14.390</u></b>	<b><u>17.957</u></b>
	-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de financiamentos	(4.124)	(14.171)
	-	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b><u>4.124</u></b>	<b><u>(14.171)</u></b>
	-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Imobilizado	(15.748)	(16.279)
	-	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(15.748)</u></b>	<b><u>(16.279)</u></b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(5.482)</u></b>	<b><u>12.495</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b><u>23.628</u></b>	<b><u>36.123</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b><u>18.146</u></b>	<b><u>23.628</u></b>

### 2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi à seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Varição</u>
Disponibilidades	<u>18.146</u>	<u>23.626</u>	<u>(5.480)</u>
Caixa	24	23	1
Disponibilidades em bancos	2.076	1.000	1.076
Aplicações financeiras	16.046	22.604	(6.558)
Numerário em transito	0	0	0



## 2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2013

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Lucros Acumulados	Total Geral
<b>Saldo em 31 de dezembro 2011 (ajustado)</b>	<b>235.430</b>	<b>12.168</b>		<b>(133.886)</b>		<b>113.712</b>
Aumento de Capital	150.000					150.000
Redução de Capital	(133.965)			133.886		(79)
Reserva de Lucros			13.788		(13.788)	
Reserva de reavaliação						
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)			345	(115)
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		156				156
Ajustes de Exercícios anteriores					197	197
Lucro líquido do exercício					23.938	23.938
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio					(10.692)	(10.692)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2012</b>	<b>251.465</b>	<b>11.864</b>	<b>13.788</b>	<b>-</b>		<b>277.117</b>
Aumento de Capital						-
Redução de Capital						-
Reserva de Lucros			1.365		(1.365)	-
Reserva de reavaliação						-
Realização da Reserva de Reavaliação		(508)			508	-
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		149				149
Ajustes de Exercícios anteriores						-
Lucro líquido do exercício				-	7.751	7.751
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio					(6.894)	(6.894)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2013</b>	<b>251.465</b>	<b>11.505</b>	<b>15.153</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>278.123</b>

## 2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013.

### 2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.



---

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações financeiras será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias.

## **2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis**

### **2.5.2.1. Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

### **2.5.2.2. Demais Contas a Receber: R\$ 36.082 mil (R\$ 33.295 mil em 2012), compondo-se de:**

- a) Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 223 mil (R\$ 572 mil em 2012);
- b) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 5 mil (R\$ 5 mil em 2012);
- c) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 2.914 mil (R\$ 1.220 mil em 2012);
- d) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 105 (R\$ 0,00 em 2012);



- 
- e) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 397 mil (R\$ 397 mil em 2012 );
- f) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 13.208 mil (R\$ 9.364 mil em 2012);
- g) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 10.001 mil (R\$ 10.833 mil em 2012);
- h) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 4.193mil (R\$ 3.632 mil em 2012), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;
- i) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 2.142 mil (R\$ 1.788 mil em 2012);
- j) Amortização Parcelamento IRPJ – R\$ 2.643 mil (R\$ 1.571 mil em 2012);
- k) Aplicações Caixa Único - R\$ 22 mil (R\$ 1.165 mil em 2012);
- l) Outros Valores – R\$ 229 mil (R\$ 2.748 mil em 2012);

### 2.5.3. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Carvão	<u>2.404</u>	<u>9.364</u>
Produtos Acabados	919	2.702
Produtos em Elaboração	1.485	6.662
Almoxarifado	6.171	5.195
<b>Total</b>	<b><u>8.575</u></b>	<b><u>14.559</u></b>



---

#### **2.5.4. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.158 mil (R\$ 1.412 mil em 2012), tendo como valores mais relevantes:**

- a) Depósitos para Garantia de Juízo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R\$ 86 mil (R\$ 361 mil em 2012);
- b) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2012);
- c) Depósitos Trabalhistas – R\$ 342 mil (R\$ 334 mil em 2012);
- d) Questões Fiscais – R\$ 13 mil (R\$ 0 mil em 2012).

#### **2.5.5. Investimentos**

O valor total de R\$ 170.481 mil corresponde a: R\$ 10 mil em ações da subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração - COM, R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição e R\$ 170.427 mil em investimentos referentes ao arrendamento da Mina do Leão II, que foram reclassificados de imobilização em andamento para investimentos.

#### **2.5.6. Imobilizado e Intangível**

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição.

Durante o ano de 2013, não houve alguma ocorrência relevante que pudesse provocar alterações na vida útil econômica e valor residual já estimados para cada bem existente do ativo imobilizado atendendo a lei 11.638/07 de NBCTG 27 e 04.



---

a) Provisão para Perda

Conforme o demonstrativo a seguir, permanece com uma Provisão para Perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76, NBCTG 01 e 32 e CVM 527/07º, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados e considerando o encerramento do contrato de abastecimento da Usina Termoelétrica de São Jerônimo da CGTEE (UTSJ/CGTEE), em face a sua desativação ao final do exercício de 2013, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de R\$ 3.420 mil.



### c) Demonstrativo do Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2012	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE-RÊNCIAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2013	Taxas de depreciação anual em %
Terrenos e Terras	1.900	0	(1)	0	0	1.899	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.718	0	(49)	0	0	5.669	0
Prédios de Uso/Residenciais	9.783	49	0	0	0	9.832	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	0	3.701	0,03 a 6,81
Jazidas e Horto Florestais	11.053	0	0	0	0	11.053	0,19 a 2,50
Equip.de Produção	108.268	6.961	(1.507)	0	0	113.722	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	1.914	363	(73)	0	0	2.204	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	4.802	3	(1.974)	0	0	2.831	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	886	43	(88)	0	0	841	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.722	735	(696)	0	0	7.761	0,27 a 45,99
Instalações	12.482	336	(1.477)	0	0	11.341	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	0	478	3,71 a 100,00
<b>Bens em Operação</b>	<b>185.707</b>	<b>8.490</b>	<b>(5.865)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>188.332</b>	
Deprec./Exaustão Acumulada	(103.012)	0	5.236	0	(6.872)	(104.648)	0
<b>Subtotal</b>	<b>82.695</b>	<b>8.490</b>	<b>(629)</b>	<b>0</b>	<b>(6.872)</b>	<b>83.684</b>	
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	0	7.446	0
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182	0	0	0	0	2.182	0
<b>Subtotal</b>	<b>9.628</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9.628</b>	
<b>Imobilização em Andam.</b>	<b>30.420</b>	<b>7.257</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>37.677</b>	
Bens em Formação	30.420	7.257	0	0	0	37.677	0
<b>Subtotal</b>	<b>122.743</b>	<b>15.747</b>	<b>(629)</b>	<b>0</b>	<b>(6.872)</b>	<b>130.989</b>	
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)	0
Provisão Perda Imperment	0	(3.420)	0	0	0	(3.420)	0
<b>Total</b>	<b>83.867</b>	<b>12.327</b>	<b>(629)</b>	<b>0</b>	<b>(6.872)</b>	<b>88.693</b>	

Para melhor classificação contábil, o valor referente ao projeto de implantação da Mina do Leão II que se encontra arrendado à Carbonífera Criciúma, foi transferido para o Ativo – Investimentos, em 2012, no montante de R\$ 170.427 mil.

Foi também transferido por melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o



---

ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

#### **2.5.7. Demais Contas a Pagar: R\$ 32.534 mil (R\$32.483 mil em 2012), compondo-se basicamente de:**

- a) Aluguéis e contas a pagar - R\$ 168 mil (R\$ 117 mil em 2012);
- b) Encargos sociais a pagar – R\$ 45 mil (R\$ 3 mil em 2012);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 773 mil (R\$ 650 mil em 2012);
- d) Provisões para encargos sociais - R\$ 5.162 mil (R\$ 5.175 mil em 2012);
- e) Adiantamento de clientes - R\$ 26.333 mil (R\$ 26.477 mil em 2012);
- f) Termos de convênios – R\$ 13 mil (R\$ 15 mil em 2012);
- g) Retenções contratuais – R\$ 40 mil (R\$ 46 mil em 2012).

#### **2.5.8. Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic,



quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

No ano de 2012, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que era o credor deste financiamento, integralizou o total da dívida que em 2011 era de R\$ 108.148 mil em aumento do Capital Social.

### 2.5.9. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2013	2012	2013	2012
	Passivo Circulante		Ativo Circulante	
Fiscais	2.742	2.542	0	0
Trabalhistas	0	0	0	0
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	3.302	2.768	342	333
Fiscais	0	0	13	0
Cíveis	302	793	0	0
	<b>3.604</b>	<b>3.561</b>	<b>355</b>	<b>333</b>
<b>Total</b>	<b>6.346</b>	<b>6.103</b>	<b>355</b>	<b>333</b>

De acordo com a expectativa de êxito, no entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, a Companhia não está constituindo provisão



---

para pagamento de diferenças devidas de PIS e COFINS, no montante aproximado de R\$ 42.637 mil, conforme processos nº. 11080-014.351/2008-37 e 11080-721.627/2010-51, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Ainda conforme entendimento de expectativa de êxito pela consultoria jurídica Sbaraini, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995, no montante aproximado de R\$ 1.136 mil, conforme processo n 11.080.006.710/2004-59, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

Foi constituída a provisão dos honorários de sucumbência contra a Companhia no valor de R\$ 2.752 mil (R\$ 2.542 mil 2012), cuja origem é o processo nº 11080-007.266/2003-16 junto à PGFN, execução fiscal federal 2006.71.00.047343-7-RS.

#### **2.5.10. Tributos Federais a Recolher: R\$ 14.251 mil (R\$ 13.933 mil em 2012)**

Deste total, R\$ 15.395 mil (R\$ 13.835 mil em 2012) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa.

A decisão favorável (no segundo grau) proferida no julgamento do recurso de apelação interposto no Mandado de Segurança 5048981-801.2011.404.7100-RS permanece sem movimento processual que noticie a interposição de recurso especial ou extraordinário por parta da Fazenda Nacional.

A Companhia possui outros quatro parcelamentos de IRPJ que totalizam em R\$ 104.605mil (R\$ 164.171 mil em 2012).



---

## **2.5.11. Patrimônio Líquido**

### **2.5.11.1. Capital Social**

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 251.465 mil (R\$ 251.465 mil em 2012), representado por 10.896.426 ações ordinárias (10.896.426 ações ordinárias em 2012), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 418.593 mil (R\$ 418.593 em 2012)

### **2.5.11.2. Remuneração do Capital Próprio**

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de R\$ 6.893 mil. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão dos juros sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de lucros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

### **2.5.11.3. Reserva de Reavaliação**

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da



---

referida reserva no montante de R\$ 11.505 mil (R\$ 11.865 mil em 2012) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de R\$ 508 mil (R\$ 460 mil em 2012).

#### **2.5.12. Demonstração do Resultado**

- a) Despesas Financeiras - R\$ 8.840 mil (R\$ 17.921 mil em 2012), tendo como valores mais significativos, R\$ 1.946mil (R\$ 13.536 mil em 2012) a juros e atualizações monetárias e provisão de juros sobre capital próprio R\$ 6.893 (R\$ 10.691 mil em 2012).
- b) Receitas Financeiras - R\$ 1.203 mil (R\$ 1.716 mil em 2012), tendo como valor mais relevante, R\$ 1.022 mil (R\$ 1.692 mil em 2012), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;
- c) Outras Receitas - R\$ 2.442 mil (R\$ 16.449 mil em 2012), tendo como valores mais relevantes a reversão de provisão para indenizações - R\$ 1.269 mil (R\$ 14.441 mil em 2012) e multa contratual - R\$ 938 mil (R\$ 2.161 mil em 2012).



### 2.5.13. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	262	683
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	669	1.807

### 2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reserva de reavaliação		17.432	17.941
Contribuição social	9%	1.569	1.615
Imposto de renda	15%	2.615	2.691
Adicional imposto de renda	10%	<u>1.743</u>	<u>1.770</u>
<b>Provisão impostos diferidos</b>		<u><b>5.927</b></u>	<u><b>6.076</b></u>




---

### 2.5.15. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

### 2.5.16. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Plano de previdência complementar	1.717	1.550

### 2.5.17. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.



---

#### **2.5.18. Estrutura da Demonstração do Resultado**

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2013/2012 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBCTG 26, Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.

#### **2.5.19. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)**

O montando a ser distribuído, com base no regramento da participação nos lucros ou resultados firmado entre a Cia e o sindicato será de 4,25% (quatro, vinte e cinco por cento) do Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras – RO a/RFL, positivo, no montante de R\$ 20.315 mil, sendo assim provisionados para fins de participação dos empregados no resultado das operações o valor de R\$ 863 mil, condicionados à aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Este montante é distribuído de forma uniforme entre os funcionários da empresa.

#### **2.5.20. Destinação do Lucro do Exercício**

Dos lucros apurados e existentes na Companhia em 31/12/2013, no montante de R\$ 8.259.024,52 em conformidade com o que preceitua a Lei 6.404/76 e o estatuto da Companhia, condicionados à aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas a seguinte destinação: para a Reserva Legal, R\$ 412.951,23; a título de



---

Juros sobre Capital Próprio, R\$ 6.893.870,86, imputados aos dividendos; e o restante à conta de Reserva Estatutária, R\$ 952.202,43.

Os Juros sobre o capital próprio conforme orientação do Governo do Estado, através do Decreto nº 51.057/2013, deverá ser creditado o valor máximo permitido a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente e dentro dos limites de dedutibilidades legais.

Porto Alegre, 18 de março de 2014.

Elifas Mariom Kerller Simas  
Diretor Presidente  
CPF Nº 252.982.750-87

Marcio Lopes Cairuga  
Diretor Administrativo  
CPF Nº 882.422.180-72

Cíntia Michelotto Schein  
Contadora CRC/RS 69.410/O-0  
CPF Nº 763.863.410-15



### **3. Parecer dos Auditores Independentes**

# **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Eldorado do Sul, 18 de março de  
2014.

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da  
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)  
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM) é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

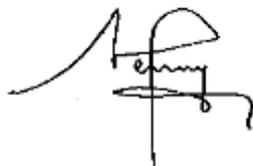
A companhia mantém conta credora no Imobilizado, no montante de R\$ 38.876 mil, oriundo de provisão para perda registrada em decorrência de avaliação patrimonial datada de 1997, do que os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

#### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto quanto a efeitos que possam advir do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

Conforme a nota explicativa nº. 2.5.10, em 2012 a Companhia reverteu o valor de R\$14.278 mil, com reflexo no resultado daquele exercício, referente ao parcelamento de débitos de tributos federais, com base em Mandado de Segurança com decisão favorável em segundo grau, visando à reinclusão no REFIS da Lei 11.941/09. A reinclusão no referido programa REFIS ainda pende de homologação pela Procuradoria da Fazenda Federal.



AUDILINK & CIA. AUDITORES  
CRC/RS 005275/F-2  
NÉLSON CÂMARA DA SILVA  
CONTADOR CRC/RS 23584/O-8 S-RS



## **4. Parecer do Conselho Fiscal**



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

---

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2013 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 18 de março de 2013, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 19 de março de 2014.

Andrew Carvalho Pinto  
CPF 612.027.110-49  
Presidente

Helen Martins Cabral  
CPF 667.451.870-00

Giordano Borba de Freitas  
CPF 945.429.700-78

Felipe Rispoli Leal  
CPF 002.083.280-09

Everton de Souza  
CPF 412.163.930/87

Cíntia Michelotto Schein  
CPF 763.863.410-15  
Contadora e Secretária da Sessão



## **5. Manifestação do Conselho de Administração**



---

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2013, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, HLB Audilink Auditores & Consultores e do Conselho Fiscal, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais e seu conteúdo se refere a atos praticados pela anterior gestão.

Porto Alegre, 19 de março de 2014.

Elifas Marion Kerler Simas  
CPF 252.982.750-87  
Presidente do Conselho

Carlos Eduardo Grisolia da Rosa  
CPF 472.027.930-91

Flavio Koutzii  
CPF 014.300.448-45

Alessandro Pires Barcellos  
CPF 630.896.100-00

Alexandre Vilmar Jacoby Stolte  
CPF 467.415.770-68

João Victor de Oliveira Domingues  
CPF 540.197.370-53